

Os 10 pecados da política cultural no Pará

Fábio Fonseca de Castro

Outubro de 2006

O PSDB deixa aos paraenses doze anos de uma política cultural centrada em Belém e acusada de elitismo por artistas e intelectuais. Essa política lega marcas profundas, obras importantes, algumas conquistas e, apesar delas, muitas feridas no tecido cultural do estado. E tanto isso é verdade que as ações no campo cultural constituíram um debate privilegiado nas últimas eleições. Essa herança precisa ser debatida, porque o PT certamente terá, no campo cultural – incluindo nele a área das telecomunicações – um dos seus maiores embates – e, pelas circunstâncias deixadas, uma de suas maiores possibilidades de êxito. O que segue é uma pauta crítica: os dez pecados da política cultural do PSDB.

1. Elitismo

Elitismo é a crítica mais habitualmente feita à política cultural do PSDB. Comumente, se compreende elitismo como a ação cultural “erudita”. Na verdade, o elitismo é uma ação voltada para grupos privilegiados da sociedade e desenvolvida por meio de estratégias autoritárias. Ou seja, o elitismo não está, primordialmente, no objeto cultural, seja ele “erudito” ou não, mesmo porque os objetos culturais ditos “eruditos” são legítimos e importantes para o desenvolvimento social. Ele está, na verdade, na forma fechada da política cultural, na sua intransigência em dialogar com agentes culturais que se

distanciam dos padrões “eruditos”, na arrogância presente na sua visão de mundo e na sua tenacidade em privilegiar os agentes que identifica como seus pares no processo cultural.

A política cultural do PSDB foi direcionada a uma minoria branca e logocêntrica. Aparentemente, valorizou-se uma certa percepção de “erudição” como uma estratégia de exclusão social. O gosto, é preciso lembrar, é também um agente da exclusão social. Evocar um pretense “bom gosto” como norma equivale a marginalizar os agentes sociais que não fazem uso desse “bom gosto” na sua vida cotidiana.

A coisa, porém, fica realmente grave quando o pretexto do “bom gosto” produz um poder autoritário e quando esse poder autoritário, para legitimar-se, estabelece uma relação de clientelismo com agentes culturais que, não fazendo uso do “bom gosto”, acabam compondo com ele, valorizando-o. Para legitimar-se, a política cultural do PSDB estabeleceu uma importante rede de clientelismo.

Artista clientelista é uma consequência concreta da sociedade centrada na economia de mercado e, portanto, é um fenômeno perceptível até mesmo nos países mais desenvolvidos. Não se trata de julgar os artistas envolvidos por esse sistema, cabendo apenas observar que o clientelismo é uma condição perversa da cultura elitista e de mercado. Porém, é importante lembrar que o verdadeiro

papel do artista não é afirmar o Estado. O papel social do artista só é eficaz quando ele embaralha as cartas do jogo. Ademais, há maneiras de apoiar a cultura – e de apoiar o artista – sem estabelecer com ele uma relação de débito, sem reduzi-lo à condição de um instrumento do poder público ou de sua ideologia. Pode-se dizer que a principal expressão do elitismo na política cultural do PSDB é a sua estratégia de cooptação do campo cultural, a instrumentalização do saber e do sensível pelo dinheiro, a compra disfarçada do gosto.

2. Ausência de interiorização

O cenário privilegiado – e quase exclusivo – da política cultural do PSDB foi a capital do estado. O interior foi tratado como colônia da capital, e não como parte conexas de uma problemática cultural que resulta em variedade, e não em igualdade. É importante observar que a variedade não é, de forma alguma, um problema. Aparentemente, o governo não pôde compreender que a trama da variedade e da diversidade cultural é benéfica e, culturalmente, enriquecedora. O governo trabalhou com uma perspectiva binária, baseada em oposições elementares e reducionistas, como capital/interior, erudito/popular, paraense/migrante, procurando, por todos os meios, converter o diferente em igual – mesmo que esses meios tenham sido a inanição de recursos, o desprezo e o fechamento ao diálogo. Os projetos de interiorização que foram elaborados pelos técnicos da Secult foram, sistematicamente, abortados. O modelo da capital foi apresentado, ao “interior”, como um modelo a ser imitado, sem que, no entanto, lhe fosse cedido meios para o fazer.

3. Confusão entre cultura e turismo

A cultura possui uma relação estratégica e evidente com o turismo, mas a cultura não é só turismo. O PSDB procurou ver a cultura como um instrumento de promoção do turismo, o que é legítimo, mas, nessa operação, acabou reduzindo a complexidade e a variedade cultural à lógica imposta pelo turismo. Apresentar grandes obras como a Estação das Docas como política cultural é obscurecer grandes lacunas deixadas no campo da produção e da crítica. Apresentar obras importantes como o Museu de Arte Sacra como um projeto cuja principal função é a revitalização do turismo é perder de vistas a sua dimensão reflexiva. A cultura valoriza o turismo e isso é muito importante, mas reduzir a função da cultura a esse objetivo equivale a se desvalorizar a si mesmo. Trata-se, com efeito, de uma espécie de prostituição cultural: a pretexto de ganhar uns tostões, se reduz a complexidade cultural paraense. Para facilitar a vida dos turistas, se reduz as contradições que, em si mesmas, constituem a cultura. Passa-se a viver uma cultura de resumos, de frases feitas, de idéias simples.

4. Ruptura do diálogo com setores importantes da intelectualidade urbana

O único modo de fazer uma política cultural democrática é viabilizando a constância do diálogo com artistas e intelectuais. Isso não quer dizer que a política cultural seria feita *para* eles, para esses agentes, mas sim com eles, necessariamente e permanentemente, porque a sua experiência constitui a melhor matéria reflexiva que se pode ter para elaborar políticas no campo da

cultura. O fato é que o PSDB sempre pressupôs que os artistas e intelectuais locais possuíam, exclusivamente, interesses pessoais, e pretendiam, exclusivamente, encontrar formas de se beneficiar das benesses do Estado. Ora, pensar dessa maneira é pressupor que o artista é um agente social norteadado pelo interesse econômico, coisa que não é, absolutamente, verdade. Essa atitude é imensamente ofensiva e desrespeitosa e, no seu bojo, procura reduzir o papel social do artista ao de mero instrumento econômico.

O mote da política cultural do PSDB, nacional como local, sempre foi “Cultura é um bom negócio”. Ora, nem sempre isso é verdade, graças a Deus. A história está cheia de exemplos que provam que a genialidade e o belo não derivam do fato de que possam ser vendidos. Aliás, a história também está cheia de exemplos de artistas brilhantes que, simplesmente, não sabem fazer dinheiro. Reduzir o artista à humilhante condição de produtor cultural equivale a reduzir o espectador ao papel simplista de consumidor cultural.

5. Ausência de políticas de leitura

Com os índices baixos de escolaridade que possui, o Pará precisa formar, com urgência, uma geração de leitores. A leitura é uma estratégia de promoção social complementar às políticas de educação e o espaço por excelência pelo qual estas últimas se ligam às políticas culturais. O PSDB jamais percebeu isso. Não houve investimento público conseqüente na área da leitura e não houve revitalização ou ampliação dos poucos recursos existentes. A política cultural para a leitura se centrou na Feira do Livro que, não obstante seus méritos, não pode ser considerado, realmente, como uma política de leitura. Em

primeiro lugar porque está centrada numa perspectiva de troca econômica e, como se sabe, nem todo mundo pode comprar livros. Aliás, poucos podem fazê-lo. Em segundo lugar, porque pressupõe a leitura como uma efeméride: como um festival que acontece uma vez por ano. Ninguém que lê realmente, lê durante quinze dias ao ano. Ora, o que caracteriza o hábito da leitura – e, portanto, deve caracterizar a política cultural no campo da leitura – é a constância, e não a efeméride.

6. Ideologia do descompromisso com a cultura popular

Um mote terrível norteadou essa política cultural: a idéia de que qualquer interferência na cultura popular resulta na sua transformação. Assim, a cultura popular precisa, a Secult sempre sugeriu, andar por conta própria. Essa estratégia sempre foi defendida alegando-se que não se deve proteger a cultura sob uma redoma de vidro, coisa que rapidamente a mataria. Isso é certamente verdade, mas entre proteger a cultura numa redoma e interferir nela há uma distância imensa. Se as duas extremidades são negativas, não deixa de haver infinitas gradações entre elas. Gradações que assinalam a necessidade do Estado ter, sim, um compromisso com os cordões de pássaro, o boi-bumbá, o carnaval, artesãos e outros produtores culturais.

A postura do PSDB resulta, na verdade, num descompromisso. Fazer política cultural nessa esfera é difícil, mas necessário. Escolher o descompromisso é o caminho mais fácil, mas é o caminho mais perverso. Acrescente-se a isso o fato de que o Estado, pelo menos nominalmente, possui um equipamento cultural cuja missão é pensar na promoção social pela via da cultura popular e na interiorização: a Fundação

Cultural do Pará. Ela foi, durante toda a gestão, um instrumento ocioso, desativado e mesmo inerte, em relação à sua verdadeira missão.

7. Falta de articulação com as políticas de comunicação

Não é possível falar em política cultural, contemporaneamente, sem falar, ao mesmo tempo, em política de comunicação. A cultura associada à mídia é uma peça estratégica na construção da visibilidade da sociedade local na sociedade globalizada. Trata-se de uma relação de sobrevivência: as dinâmicas locais precisam de canais midiáticos para sobreviver, se autoproduzir e se reproduzir. Já estamos bem além das teorias críticas da comunicação, que denunciavam a mídia como um agente meramente ideológico e deformador dos perfis sociais. Os meios de comunicação têm, na verdade, um papel dinâmico, que tanto pode ser bem usado como mal usado. Uma emissora de rádio ou de tv pode desenvolver papéis propulsores da educação, da cultura e, sobretudo, da integração estadual, elemento combatido e ponto fraco de todas as políticas estaduais.

8. Confusão de funções entre secretaria de cultura e secretaria de obras

Cultura é espírito, e é também a transformação do espírito em coisa. Dessa maneira, pressupõe a obra arquitetônica e o urbanismo – sobretudo quando estão relacionados com a valorização do patrimônio histórico. Porém, a cultura tem outros compromissos, que não podem ser esquecidos ou secundarizados. A gestão cultural do PSDB gerou a

impressão duradoura de um descompasso em prol das grandes obras arquitetônicas. Aparentemente, contingentes importantes da Secult, inclusive o próprio secretário, precisaram, com certa constância, estar a serviço de um planejamento de obras que caberia, normalmente, a outras secretarias. Não há o que questionar sobre a competência da equipe para essa função, mas permanece a dúvida: dedicando-se a tantas tarefas que excedem a competência da função, não teria havido um deslocamento das responsabilidades com a questão cultural e, mais gravemente, um abandono das questões propriamente culturais?

9. Vaidade

O pecado não é venal, mas desnorteia pelo ridículo. A política cultural do PSDB sempre teve uma arrogância que, para muitos, parecia agressiva. Talvez isso fosse, apenas, a necessidade de firmar uma aparência social de pertencimento ou de proximidade a grandes idéias e a grandes intelectuais. Fazer a corte aos famosos, aos verdadeiros, aos grandes, se tornou uma prática. Não obstante, como é sabido, “cultura” não se pega por osmose, e os grandes intelectuais, os verdadeiros, como todos sabem, não costumam pecar pela vaidade. O pecado da vaidade equivale ao tom ideológico e sutil das políticas do PSDB, e precisa ser compreendido, contextualizado, para que não continue influenciando na próxima gestão. Ele está presente em projetos importantes, como as séries de CD lançadas pela Secult ou como na recuperação de espaços, mas não passou despercebido o tom de auto-elogio e a arrogância do “nós” – que sabemos fazer, que pensamos assim, que nascemos aqui, que pertencemos a uma elite, política ou econômica, que há de ser melhor, mais

capaz, mais culta... Esse tom, muitas vezes áspero, esteve presente em termos absolutamente bizarros, como “paraensismo”, “resgate do amor próprio” e outros. O discurso surgiu claramente do campo das políticas culturais, mas dominou a Funtelpa, outras secretarias, o governo e até mesmo a campanha do candidato derrotado ao governo do Estado.

10. Centralização e autoritarismo

A centralização do poder equivale a uma estratégia de perpetuidade do poder e, portanto, a uma determinada concepção do poder como uma substância que pode ser apropriada e manipulada. Ora, é preciso ver o poder como uma dinâmica social multivariada. O Estado nunca será o único agente do poder, por mais que o pretenda. Isso é particularmente visível no campo da cultura, caracterizado pelo

senso crítico e pela prática da reflexão. Justamente por essa razão, o trabalho da Secult foi caracterizado, durante toda a gestão do PSDB, pela intelectualidade belemense, como centralizador e autoritário. A política cultural do partido se caracterizou pela arrogância no tratamento com os agentes culturais. Pela extrema dificuldade com que os agentes municipais de cultura tinham acesso aos dirigentes culturais, pelo fechamento de portas à maior parte dos artistas e pela recusa ao diálogo franco, direto, com setores importantes da vida cultural do estado.

Fica a pauta para debater. O início de um novo governo é sempre a esperança de uma nova articulação social, uma nova invenção de tudo, e as políticas culturais sabem muito bem portar esses sonhos. Ademais, é preciso lembrar que é sempre no seu começo que uma época é, realmente, pensada.